

Carta ao CEPE - 25 de outubro

Hoje, dia 25 de novembro - espero eu, inclusive - despedir-me desse Conselho, depois de quase 24 meses de trabalho na direção da ADUR. Esse período marca, um intenso aprendizado na comunidade, e também pessoal: neófito como sindicalista e com apenas cinco anos de Rural, enfrentando as posturas de “antiguidade é posto” e “prata da casa sabe mais e melhor”, sendo mulher e jovem. A pandemia, que inaugura o ano desta diretoria da ADUR impôs enormes desafios, diante da alteração estrutural da ordem vigente até então. Nesse período, enfrentamos - como comunidade universitária ruralina - o desafio de desvendar como atuar remotamente, como lidar com todos os ataques do desgoverno bolsonarista, com o medo da morte, as perdas e falecimentos para a Covid-19, e a falta de políticas públicas adequadas para enfrentamento da crise sanitária. Sensação cotidiana de susto: com as INs atacando a autonomia universitária, ações judiciais, portarias, reformas e etc. Indubitavelmente, um período que ficará marcado nas nossas trajetórias e na história da Rural. Pontuo aqui algumas situações importantes das quais participamos:

- (1) da aprovação da Deliberação sobre Direitos Autorais, que é uma garantia da qualidade de nosso trabalho como educadores e que marca a defesa do acesso constitucional à cultura e educação pela Rural. Debate aliás, que entrou na agenda do ANDES-SN quase um ano depois da ADUR ter participado do tema, no GT Carreira e no CEPE. Porém, mais um trabalho por fazer: a extensão desta normativa ao período pós Ensino Remoto;
- (2) da defesa e aprovação do GT de Parentalidade, Trabalho e Cuidados - marcando o primeiro reconhecimento institucionalizado das desigualdades de gênero na carreira, envolvendo o debate sobre as condições de trabalho e vida de discentes, TAES e docentes. Vale ainda o destaque que tal debate gerou a organização de uma plenária aberta “Universidade Plural e Diversa” articulada amplamente com os movimentos, representações e coletivos - que gerou uma carta de demandas à instituição ainda a serem enfrentadas. E mais: observa-se na minuta apresentada hoje, um grande retrocesso em relação ao que fora pactuado politicamente durante a campanha da chapa eleita. Numa pergunta: onde está o Núcleo ou a Secretaria de Gênero e Diversidade, que avançaria nas pautas de gênero e desigualdades, para além desse arremedo de política apresentado?
- (3) do caloroso debate sobre infrações ambientais no território ruralino; que sem orgulho nenhum relembro que a ADUR hoje acompanha uma denúncia no INEA - mais uma, nessa instituição que já carrega denúncias no MP - e que até hoje, não resolveu o problema do aniquilamento dos indivíduos arbóreos que são a base científica do projeto do Setor de Sericicultura e Apicultura. Destaco ainda - e espero que a Reitoria não esteja aguardando um “memorando ou processo” para ser lembrada de suas obrigações - que não houve retorno do relatório de resposta da ADUR à documentação enviada pela Reitoria; que sequer foram instaladas as cercas prometidas em abril deste ano pela Prefeitura

Universitária e tampouco avançamos no debate sobre a formação da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade - que aliás é pauta amanhã da Reunião aberta do GTPAUA às 15h. Infelizmente, nesta matéria ainda há muito por fazer e uma política ambiental de motosserra que ainda precisa ser enfrentada;

- (4) Acrescenta-se neste debate, a questão das milícias no território ruralino, que envolve desde a ocupação irregular por gado até roubos, e que ainda precisam ser enfrentados pela comunidade;
- (5) E agora um tema urgente e de tensionamento que é do retorno gradual, que insisto em dizer que: uma comissão diminuta não é um suficiente para apaziguar as preocupações da base com este tema;
- (6) No tema tenso da progressão em período de suspensão de aulas, vimos a Deliberação 118 sendo aprovada com tranquilidade no CEPE, fruto do diálogo e dos intensos debates entre os espaços da CPPD e do GT Carreira. E mais, espero ver hoje um frutífero sobre a atualização da 18/1976 - para que possamos dar este passo importante na normatização desta universidade pós-Reuni, que definitivamente não é mais a “Velha Rural das Agrárias”;

Há pontos positivos e negativos, porque uns indicam o amadurecimento do debate democrático na instituição, e os outros, a resistência pontuada pelo movimento sindical - que é denotativa do atraso no debate político e normativo institucional. Entendo, portanto, que teremos plantado algumas sementes que espero ver brotarem, mas das quais não cuidarei - uma vez que aqui me despeço da representação sindical neste Conselho -, e torço que este grupo de representantes docentes tão qualificados e a próxima diretoria sindical, façam florescer.

Fazendo um salto para o período presente e como “nem tudo são flores”, importante pontuar as críticas - que mais uma vez, gostaria que fossem recebidas com maturidade pela Reitoria, ainda que compreenda as subjetividades por trás das instituições. Vivi dois momentos do CEPE: um na composição da administração anterior e outro mais recente, pós posse. Importante pontuar que a escolha na consulta pública foi pela continuidade política da chapa que administrou a universidade até início deste ano; e que a comunidade não está de olhos fechados à intervenção sofrida pela instituição, quando Bolsonaro empossa o terceiro lugar da lista tríplice. Suspendendo a questão do debate nacional sobre a legislação que sustenta este quadro e o equívoco deste tema não ter sido enfrentado anteriormente, o que a comunidade vem cobrando insistentemente é que a postura política de participação seja mantida. E não posso me furtar à dizer que isto é incompatível com solicitações demasiado burocratizadas para que as pautas sejam acolhidas ou de ações de condução que são percebidas como sinal de indisponibilidade para o debate aberto. Penso que confiar na democracia é fundamental para demarcar a diferença entre “ser entusiasta e afeito”, “aceitar e conduzir” ou “obstaculizar os debates”. E com isto não faço nenhuma defesa de

“assembleísmo pseudo democrático”. Confiança é um elemento que se constrói com reciprocidade. Assim como se demanda a compreensão da subjetividade por trás das instituições - como no atraso do debate de calendário, por exemplo - é preciso lembrar que o debate político não se constrói com letras frias em memorandos ou processos. É preciso ter em mente, que a confiança política a ser reinstituída numa universidade sob intervenção. É preciso aprender que é descabida a demanda que um sindicato abra processo: o movimento sindical não está no SIPAC e a vida política universitária vai além de ofícios. Solidarizo-me com todos os colegas que atuam para construir o melhor para a instituição e aqueles que a compõem - tanto da administração quanto da base: não é tarefa nada fácil reconstruir a linha de diálogo numa universidade tão plural em posicionamentos políticos, e com tantas pessoas de luta que se organizam e batalham por suas pautas. Mas o desafio está colocado e precisa ser reconhecido, aceito sem tabus e enfrentado com coragem e clareza. Fico feliz nessa despedida tendo a certeza de que hoje, se a universidade anseia, exige, acompanha e critica o movimento sindical, é porque a ADUR está presente e que toda a diretoria fez parte desse processo de construção. Findo aqui, apontando como fundamental a tarefa de continuar a permanente vigilância, sobre o amadurecimento dos processos democráticos de nossa instituição.